

## *Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais*

Os estudos sobre os “movimentos sociais” têm registrado um aumento expressivo da produção acadêmica nas últimas décadas, resultando numa grande renovação conceitual e metodológica em torno dessa temática.<sup>1</sup> As manifestações e protestos transcorridos durante o “Maio de 68” nos EUA e na Europa constituem um dos ingredientes importantes da ruptura em relação às abordagens então dominantes da ação coletiva e dos movimentos sociais. O aparecimento de mobilizações diferentes das operárias e sindicais, que tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” para a maioria dos estudos, influenciou a emergência, ainda nos anos de 1970, das principais críticas e reformulações relacionadas a tais abordagens. Em consonância com a emergência de tais mobilizações e de suas influências sobre a reformulação da literatura acadêmica da ação coletiva e dos movimentos sociais, no início da década de 1970 surgiram novas abordagens no âmbito das ciências sociais. Dentre as principais mudanças observadas, destaca-se o abandono da polarização entre abordagens centradas na posição ou no pertencimento de classe como determinante da participação política e as que focalizam o papel das redes de organização e de movimentos sociais como propulsores do surgimento e da continuidade das mobilizações coletivas (OLIVEIRA, 2008b). Tal mudança teórica possibilitou a emergência

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada do trabalho apresentado no II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis.

de problemas e de ferramentas analíticas mais adequadas à diversificação e complexidade empiricamente observadas nos tipos de reivindicações e nos modos de ação que caracterizam as mobilizações coletivas nas sociedades atuais.

Em consonância com esse novo cenário de transformação das mobilizações concretas e da própria produção intelectual, este trabalho salienta a fecundidade teórica e metodológica da noção de “carreira” para o estudo dos “movimentos sociais”. A análise de “carreiras” possibilita introduzir a perspectiva processual e sequencial nas análises do engajamento individual e investigar de forma interligada os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes, bem como os que decorrem da multiplicidade de inserções que convergem para o seu engajamento, nos colocando numa posição intermediária entre as abordagens centradas exclusivamente na posição de classe e as que fazem das redes sociais o determinante da ação coletiva. Para dar conta disso, o texto está organizado em duas partes principais. Em primeiro lugar, procede-se a uma rápida revisão da literatura sobre movimentos sociais com o intuito de situar o contexto teórico que conduziu à recuperação da noção de “carreira” e à sua utilização nas investigações atuais do militantismo. Num segundo momento, com base numa pesquisa sobre os dirigentes do movimento ambientalista, trata-se de fazer uma breve descrição dos principais padrões de “carreiras militantes” que conduzem ao engajamento e ao militantismo na defesa de causas ambientais e suas transformações entre 1970 e início dos anos 2000.

O material utilizado como fonte de informação consiste, primeiramente, de artigos de jornais de âmbito regional, informações disponíveis em *sites* de associações, redes de ONGs, secretarias, conselhos e comitês estaduais de proteção ambiental e publicações sobre a história do ambientalismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Tal material possibilitou fazer um inventário da constituição do “setor” de proteção ambiental, assim como do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2007. Em segundo lugar, trata-se de informações decorrentes de 60 entrevistas realizadas com ambientalistas que atuam em partidos políticos, na administração pública e na burocracia estatal, no exercício de assessoria e consultoria na “área de meio ambiente”, em universidades e centros de pesquisa, no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de

determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia etc.) e no desempenho de funções remuneradas como “funcionários” e “técnicos” de ONGs (OLIVEIRA, 2005). Os procedimentos metodológicos utilizados concentraram-se na investigação das trajetórias familiares, escolares, ocupacionais e militantes que os conduziram ao ambientalismo, no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuem para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas militantes. O material obtido através de tais procedimentos conduziu à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na “área do meio ambiente” no período considerado. Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção dos entrevistados em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, manifestações e protestos ambientais etc.).

### **Entre classe e redes sociais: o estudo das carreiras militantes dos participantes de movimentos sociais**

A temática dos movimentos sociais emergiu nas ciências sociais brasileiras durante o processo de redemocratização, o qual se caracterizou por uma grande proliferação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações pela “democratização” (MISCHE, 1997). Trata-se de um contexto político no qual estava em jogo, também para as camadas escolarizadas e intelectuais, a afirmação e o exercício de seu papel de “ator político” pela inserção em manifestações da “sociedade civil” e através de estratégias voltadas para fora do meio intelectual, tais como os partidos políticos, os movimentos sociais e as classes populares (PÉCAUT, 1990). Com isso, grande parte da produção acadêmica foi marcada pela atribuição da “potencialidade revolucionária” dos movimentos sociais para a “transformação” da sociedade e das estruturas de dominação existentes (CARDOSO, 1987). Em consonância com isso, as apropriações da literatura internacional e, mais especificamente, das teorias dos “Novos Movimentos Sociais” foi orientada pela preocupação teórico-normativa de defender a *novidade, autonomia e resistência dos movimentos populares* na “luta contra o Estado” (SADER e PAOLI, 1986; CARDOSO, 1987).

Diferentemente do que ocorria no Brasil, a literatura internacional nesse mesmo período passava por significativos avanços quanto ao desafio de elaboração de novas perspectivas teórico-conceituais sobre a relação entre *estruturas de oportunidades políticas, posição de classe e redes sociais* no estudo dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2008b). Um dos problemas centrais que esteve no centro desse debate é o que diz respeito à apreensão dos processos de engajamento individual. Em decorrência das interações crescentes entre pesquisadores que explicavam a participação com base na origem de classe de seus membros e os que focalizavam os “sistemas de interação” que conduzem os indivíduos às ações coletivas, novas ferramentas teóricas e metodológicas foram elaboradas.

Até finais dos anos de 1960, as mobilizações operárias e sindicais tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” dos estudos sobre movimentos sociais (GOHN, 1997). Foi somente com a emergência de movimentos como o dos direitos humanos, o das mulheres, o pela paz, o contra a guerra do Vietnã, o estudantil, o ambientalista, o antinuclear etc., que tal situação começou a mudar (NÉVEU, 1996). De acordo com tais abordagens, as disposições individuais para a participação política estão estreitamente ligadas às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais, devendo ser apreendidas em relação à posição e trajetória social dos militantes (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1998; EDER, 2002). Em meio a uma grande variedade de posições teóricas e metodológicas, tais estudos têm colocado em pauta o problema das relações entre condição de classe, disposições individuais e dinâmicas de participação política.

Sem descartar a pertinência da estrutura e dos recursos organizacionais que possibilitam o surgimento dos movimentos sociais, e em contraponto às abordagens centradas no “pertencimento de classe” dos militantes, outro contingente de trabalhos tem salientado a importância dos “laços interpessoais” e das “redes pré-existent” para a adesão e a continuidade do engajamento em movimentos sociais (GOHN, 1997). Conforme tais abordagens, a vinculação anterior ou simultânea a redes sociais constitui um espaço prévio de socialização, de formação das identidades e de aproximação das principais lideranças, organizações e princípios ideológicos que elas defendem (DIANI e McADAM, 2003). Por isso, as “disposições psicológicas”, os recursos organizacionais e institucionais, bem como as características de

classe, somente funcionam como condições efetivas de engajamento quando aparecem associadas à existência de laços interpessoais e de vínculos anteriores com participantes dos movimentos. Dessa forma, um dos principais problemas destacados por tal literatura refere-se à relação entre inscrição dos atores numa multiplicidade de mundos sociais e dinâmicas de engajamento individual (FILLIEULE, 2001).

Nos últimos anos tem se observado um esforço crescente no sentido de evidenciar as vinculações entre as abordagens que focalizam a “constituição e posição social” dos militantes e as que se centram nas “dinâmicas interacionais e nas lógicas processuais” do engajamento individual. A “redescoberta” e utilização da noção de “carreira” para a análise do militantismo está diretamente vinculada a esses confrontos teóricos e à busca de alternativas conceituais e metodológicas para a integração da perspectiva diacrônica na investigação dos processos de socialização que conduzem à participação em organizações e mobilizações coletivas. Ela pretende dar conta tanto de um modelo processual ou sequencial da ação militante quanto considerar a constelação de fatores que concretamente tornam possível a participação, ao invés de reduzi-la ao reflexo de normas, papéis e constrangimentos estruturais (AGRIKOLIANSKY, 2002). Elaborada inicialmente pela tradição “interacionista”, o exame das principais modalidades de carreiras militantes interligadas à participação em organizações e movimentos sociais procura apreender as diferentes sequências do processo que conduz à participação efetiva, assim como seu encadeamento com disposições, situações e contextos práticos vivenciados pelos indivíduos (SIMÉANT e DAUVIN, 2002; COLLOVALD, 2002). Como salienta Agrikoliansky (2002, p. 144), a pertinência da noção de “carreira” na análise do militantismo,

é primeiramente de considerar as ações humanas como processos, isto é, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem uma dinâmica própria, ao invés de considerá-las simplesmente como o reflexo de normas sociais, de papéis e de condicionamentos estruturais inflexíveis.

Em consonância com as orientações que criticam tanto a fixação na problemática identitária quanto a redução das disposições que conduzem ao engajamento às situações de interação, sem descartar, ao mesmo tempo, a multiplicidade de vinculação dos indivíduos a redes sociais como espaços

de socialização, um dos principais desafios enfrentados pela análise de carreiras, no que diz respeito à integração da perspectiva diacrônica, consiste no exame dos processos de socialização e de geração das disposições propícias à participação nas organizações e movimentos sociais. Tal questão implica considerar as disposições associadas à participação individual como resultado da interseção entre os processos de socialização familiar com “as experiências de vida pessoal” e, mais precisamente, com os diversos “contextos interacionais” interligados à “biografia” dos militantes (SEARLE-CHATTERJEE, 1999).

A problemática assim ampliada faz da socialização um processo biográfico de incorporação de disposições sociais decorrentes não somente da família e da classe de origem, mas do conjunto dos sistemas de ação atravessados pelo indivíduo no curso de sua existência. Ela implica certamente uma causalidade histórica do antes sobre o presente, da história vivida sobre as práticas atuais, mas essa causalidade é probabilística: ela exclui toda determinação mecânica de um “momento” privilegiado sobre os seguintes. Quanto mais os pertencimentos sucessivos ou simultâneos são múltiplos e heterogêneos, mais se abre o campo do possível e menos se exerce a causalidade de um provável determinado (DUBAR, 1999, p. 77-78).

O estudo de Becker (1985) sobre as “carreiras desviantes” levanta, inicialmente, algumas pistas pertinentes para a análise das relações entre os processos de inserção em “grupos organizados” e as dinâmicas de socialização que conduzem à participação ativa na defesa de determinada causa. Como ele demonstra, a frequência a grupos que adotam comportamentos tidos como “desviantes” constitui um tipo específico de socialização que contribui para a geração das disposições que possibilitam a adesão a tais práticas, de modo que, aos poucos, impulsos e desejos vagos que constituem uma espécie de curiosidade inicial em relação a tal conduta vão se transformando em concepções e formas de atividades definidas. Sendo assim, é por um processo de socialização e de aprendizagem realizado no curso das próprias experiências desviantes, mediante a aproximação, contatos e interações frequentes com praticantes de tais condutas, que se adquire um sistema estável de categorias necessário ao exercício e à continuidade de tal comportamento.

Em consonância com isso, um aspecto que se mantém constante em praticamente todos os casos analisados é que dificilmente os militantes decidem participar de uma organização ambientalista de forma espontânea

ou repentina sem certo “conhecimento prévio” referente à problemática ambiental. Do mesmo modo, eles raramente chegam sozinhos nas associações, sem contatos preliminares com simpatizantes ou militantes que participam da entidade e com os quais mantêm relações de parentesco, de vizinhança, de amizade ou de afetividade. De modo geral, o engajamento e a militância em associações ambientalistas são precedidos pela interação, contato e conversação com parentes, namorados (as), amigos (as), colegas, professores (as) etc., que conhecem ou participam de determinada associação. Pode-se falar desse momento como a “fase de pré-militante” (AGRIKOLIANSKY, 2002)<sup>2</sup>. A partir desses contatos iniciais sucede-se um momento distinto que é constituído pela aproximação, observação e frequência continuada a reuniões e a certas atividades da organização, antes de “começarem mesmo” a ter uma militância mais efetiva. Esta desemboca, quase sempre, na ocupação de posições e cargos de direção dentro das associações, assim como de conselhos, comitês e demais instâncias voltadas para a defesa ambiental. Este período pode ser denominado como a “fase de militante”. Em alguns casos este período é sucedido por outro que pode ser chamado como a fase de “ex-militante” (FILLIEULE, 2005), à qual compreende os momentos de desengajamento e abandono temporário ou definitivo da associação e da militância na proteção ambiental.

É no decorrer dessas diferentes etapas do processo que conduz os dirigentes ao ambientalismo que eles vão aprendendo as “técnicas” requeridas para militar como lhe convêm, percebendo e reconhecendo as possibilidades e os efeitos de suas práticas militantes e, enfim, adquirindo um “sistema estável de categorias de percepção” que estruturam a percepção e o gosto pelas sensações, efeitos e resultados que a participação em mobilizações e organizações ambientalistas lhe proporciona. Desta forma, é através de um processo de socialização relacionado às dinâmicas particulares de filiação e de participação em mobilizações e organizações ambientalistas que são produzidas as concepções e as condutas legítimas a respeito da “natureza”, das “problemáticas ambientais”, do “meio-ambiente”, do “movimento ecológico” etc., que são necessárias ao começo e continuidade de tal prática. É no desenrolar desse processo que se produz também o reconhecimento objetivo daqueles militantes e lideranças que têm legitimidade para falar em nome do ambientalismo e, mais especificamente, do “movimento ecológico”.

<sup>2</sup> Essas descrições da “carreira” como um processo constituído por seqüências de etapas definidas e objetivas está presente tanto em Becker (1985) quanto em Goffman (1996).

Assim, a ativação de disposições militantistas em relação à formação escolar e universitária que estão na base do ingresso e da participação em organizações ambientalistas (OLIVEIRA, 2005) resulta de processos de socialização que não se reduzem às dinâmicas próprias do engajamento no ambientalismo. Em decorrência do elevado grau de participação anterior dos dirigentes ambientalistas em diversos tipos de organizações e “movimentos sociais”, quase sempre a entrada no ambientalismo é um resultado de processos de internalização e de naturalização de um verdadeiro *savoir-faire* militante vinculado a esses engajamentos anteriores, sendo poucos os casos em que isso ocorre apenas através do ingresso em organizações de proteção ambiental.

A distinção inicialmente proposta pela abordagem interacionista entre as diferentes etapas da sequência que conduz os dirigentes à participação e permanência em organizações sociais abre a possibilidade de apreender as dinâmicas próprias de entrada no ambientalismo com os processos de socialização decorrentes da inserção anterior dos dirigentes em diversas redes de organizações e “movimentos sociais”. Nesse sentido, pode-se observar que a “fase pré-militante” dos que ingressam na defesa ambiental é constituída pela participação em organizações estudantis e partidárias, bem como filantrópicas, religiosas, no escotismo e em práticas de alimentação natural. Essa grande incidência de dirigentes com participação anterior ou simultânea nesses diversos tipos de organizações sociais e os tipos de organizações nas quais se concentra sua vinculação tem uma influência decisiva na estruturação das concepções do engajamento ambientalista, assim como no tipo de participação que eles irão desenvolver em relação à defesa do meio ambiente.

É que essas diferentes formas de participação anterior ao ambientalismo constituem processos de socialização particulares que não podem ser reduzidos à influência da socialização familiar. Como demonstram McAdam e Paulsen (1993), os laços anteriores fornecem o contexto crucial e o suporte para que determinada identidade adquira uma maior importância em relação às demais identificações vinculadas às múltiplas inserções dos indivíduos, bem como para forjar uma ligação entre tal identidade e o ativismo. Por isso, o grau elevado de formação e títulos escolares encontrados no universo investigado (OLIVEIRA, 2005, OLIVEIRA, 2008a) está diretamente relacionado a uma forte interdependência entre a formação escolar e universitária

e esses diversos tipos de inserções anteriores ou simultâneas à participação dos dirigentes no ambientalismo. Tal como salienta Klandermans e Oegema (1987) a respeito do movimento pacifista nos EUA, ainda que a presença de jovens profissionais com alto nível de educação seja predominante, não se pode simplesmente inferir a adesão dos indivíduos ao respectivo movimento de suas características escolares e profissionais como se estas fossem os “fatores geradores” de sua mobilização. Antes disso, a importância do alto nível de educação e de profissão resulta de elas conectarem os indivíduos com redes sociais engajadas no recrutamento. Por isso, devemos nos voltar para a análise das dinâmicas de socialização relacionadas aos tipos e níveis de participação dos dirigentes em diversas redes sociais que são anteriores e simultâneas à sua entrada no ambientalismo.

Desse modo, a análise da socialização como um processo biográfico de incorporação de disposições, que estão vinculadas tanto às condições sociais de origem quanto às dinâmicas de interação e de inserção dos dirigentes em diversas redes sociais, possibilita romper com a visão homogeneizante e teleológica que caracteriza as organizações, grupos e indivíduos que participam dos “movimentos sociais”, introduzindo uma perspectiva processual ou sequencial nas análises do recrutamento individual. Com base nisso, pode-se considerar o militantismo como uma “atividade social específica” constituída tanto pelos “sistemas de sentido” que são operados pelos atores a partir de “escolhas práticas realizadas no curso da ação” (AGRIKOLIANSKY, 2002, p. 141), quanto pela constante tensão entre as diferentes lógicas sociais que se entrecruzam em sua constituição (FILLIEULE, 2005). Assim, em lugar da descrição de um conjunto coerente e homogêneo de valores e práticas vinculado à participação dos indivíduos em determinado movimento social, o foco principal da investigação passa a ser a apreensão da complexidade de lógicas postas em confronto nas dinâmicas de construção e de engajamento individual nas respectivas causas defendidas pelos movimentos.

É tal desafio que está no âmbito do tipo de análise *processualista* da ação militante e que considera a multiplicidade de *fatores* e de *lógicas sociais* que concretamente tornam possível a participação. Isso porque a análise processual do engajamento individual pressupõe a “inscrição dos atores sociais dentro de múltiplos mundos e submundos sociais que podem, ocasionalmente, entrar em conflito” (FILLIEULE, 2001, p. 207): inseridos em uma “multiplicidade de locais e de espaços sociais” e submetidos a normas, regras

e lógicas diversas e conflituosas, cada ator incorpora uma “multiplicidade de esquemas de ação”. Deste modo, para compreender concretamente os processos de engajamento e desengajamento e a permanência na militância, o observador deve apreender, tanto pelos relatos biográficos quanto pela observação etnográfica, o desenrolar e a imbricação de diferentes “ordens de experiências”, “umas em relação com as outras”, vividas pelos atores dentro de alguns “submundos sociais” (profissional, afetivo, familiar, militante etc.). Essa análise relacional das distintas “ordens de experiência” nas quais os atores se encontram inseridos permite apreender as lógicas que conduzem ao engajamento e à permanência na militância como resultado de constrangimentos específicos relacionados aos locais, aos itinerários individuais e aos espaços sociais dentro dos quais os atores estão inseridos.

O exame dos principais padrões de carreiras militantes que conduzem à ocupação de cargos e funções profissionais como “ambientalista” em diferentes esferas sociais constitui uma ferramenta pertinente para dar conta da interseção de distintos processos de socialização e de suas relações com a ativação de certas disposições que concorrem para o ingresso na defesa de causas ambientais, dando origem a diversas modalidades de concepções e de práticas militantes no ambientalismo (SAINTENY, 1999; SAINTENY, 2000; OLLITRAULT, 2001). Tal análise possibilita apreender, conjuntamente, as dinâmicas próprias da participação em determinada mobilização coletiva e os processos de socialização vinculados tanto à família de origem quanto às inserções dos militantes em diversas redes de organizações e movimentos sociais. Dessa forma, a caracterização dos diversos padrões de carreiras nos coloca diante de uma intensa diversificação dos discursos e das modalidades de atuação dos dirigentes, ocorrida nos últimos anos. Isso implica examinar os diferentes padrões de carreiras que conduzem ao movimento ecologista em suas relações com os respectivos contextos políticos vinculados ao surgimento e à consolidação do ambientalismo no Brasil (OLIVEIRA, 2008a).

### **Posição social, redes e carreiras militantes no movimento ambientalista**

Com inúmeras diferenças entre os casos analisados, o padrão de carreira de ambientalista que tem início nos anos de 1970 se caracteriza pela predominância dos recursos e vínculos associados à bagagem cultural e política herdada ou construída a partir da família de origem (OLIVEIRA, 2005;

OLIVEIRA, 2008b). De maneira geral, trata-se de indivíduos com origens sociais elevadas: a grande maioria são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juizes, de profissionais liberais, como advogados e engenheiros, e de oficiais militares com formação universitária. Como bem definiu um desses dirigentes, todos eles tiveram “toda a formação da boa sociedade”, “boas escolas”, formação superior. Suas famílias “viviam no mesmo meio”, sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por frequentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecido entre eles.

Dentre os fatores que estão na base da configuração de tal padrão de carreira, pode-se destacar, primeiramente, que o engajamento de tais dirigentes na defesa de causas ambientais ocorreu num contexto político nacional marcado pela existência de um “regime autoritário” em vigor desde a segunda metade da década de 1960 o qual se caracterizou, entre outras coisas, pela limitação formal das possibilidades de participação política. Várias organizações políticas que lutaram contra o golpe militar, como o movimento estudantil e certos grupos de esquerda, tinham sido perseguidas e proibidas de se manifestar, enquanto muitas lideranças saíram do país e passaram a viver no exílio até meados dos anos 1980 (LANDIM, 2002). Diferentemente do que ocorria nos grupos de esquerda, as causas defendidas pelas organizações e dirigentes ambientalistas estavam colocadas acima das divisões políticas e ideológicas que agitavam o cenário político nacional e internacional, não se constituindo como uma questão que ameaçasse ou desafiasse o sistema político vigente. Tratava-se também de um momento em que a problemática ambiental emergia no cenário internacional como um “discurso sem opositores” no sentido de que se afirmava como uma dessas “causas generosas que suscitam *a priori* a simpatia e que nenhum ator tem o interesse em colocar em causa” (JUHEM, 2001, p. 10). Tal construção ideológica resultou de um conjunto de mobilizações desenvolvidas na Europa e nos EUA em finais dos anos 1960 que tinham como objetivo a promoção de um “espaço internacional” de expressão e de reivindicação (OLLITRAULT, 1999), destacando-se como um dos marcos principais do período a realização em 1972 da Conferência de Estocolmo, na Suécia.

O fato de se tratar de dirigentes recrutados em famílias de posição elevada e vinculados às elites dirigentes do “regime autoritário” era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações

políticas poderia acarretar para os indivíduos durante o “regime militar”. Ou seja, eles dispunham de condições e recursos suficientes para a realização de um empreendimento independente, sem que isso trouxesse custos políticos e profissionais elevados para os mesmos. Desse modo, a posição social de origem dos ambientalistas “fundadores” foi um dos fatores que possibilitaram o seu engajamento na medida em que colocava tais indivíduos diante de um conjunto de situações e de experiências que contribuíram para a formação de certas disposições ligadas à participação na defesa de causas ambientais naquele momento. Os vínculos de parentesco e de amizade com o universo das elites políticas, religiosas, militares e empresariais é um dos principais ingredientes da socialização familiar de tais lideranças e constitui um dos fatores que estão na origem das disposições políticas que os conduziram à defesa de causas ambientais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos frequentes com organizações e pessoas em outros países estão na origem de seu cosmopolitismo e de suas propensões para aderir a problemáticas políticas e ideológicas que estão acima das divisões e fronteiras nacionais<sup>3</sup>.

Essa combinação resulta num padrão de carreira de ambientalista fundada em concepções *particularísticas* e *aristocráticas* (CORADINI, 1998) que têm como base o *dom* e a *opinião pessoal* decorrente de sua elevada condição social (BOURDIEU, 1979), e não de formas de participação que pressupõem a aquisição de recursos militantes mediante a filiação ou militantismo anterior em organizações políticas, partidárias e “movimentos sociais”. Quando isso ocorre, os recursos militantes adquiridos mediante a participação em associações ambientalistas representam um “fim suplementar” que lhes permite “maximizar outros bens raros” que tais dirigentes possuem (GAXIE e OFFERLÉ, 1985, p. 111). Isso conduz a concepções e práticas que remetem sua atuação na *área de meio ambiente* à esfera da *ética*, da *filosofia* e dos *valores morais*. Nesse sentido, a grande maioria iniciou sua participação em associações ambientalistas com faixas etárias elevadas, numa fase mais tardia da formação universitária e profissional e num período próximo ao momento da aposentadoria.

<sup>3</sup> Sobre a relação entre “um enfoque internacionalizante” (como um dos aspectos característicos da questão ambiental) e a “perspectiva cosmopolitista” (vinculada às “propriedades sociais encontradas frequentemente entre os atores envolvidos com a área ambiental”, no caso: origem judaica, ex-militantes ou filhos de ex-militantes políticos de esquerda), ver Loureiro e Pacheco (1995, p. 149).

Assim, os constrangimentos políticos e institucionais vinculados ao regime ditatorial constituem elementos importantes na compreensão da composição social das principais organizações ambientalistas nesse momento, de modo que estas eram sempre lideradas por indivíduos de origem social elevada, estreitamente ligados às elites econômicas, militares, políticas e culturais e dotados de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas através de sua inserção na esfera internacional. No entanto, mesmo que tenha sido um dos fatores que influenciou o trabalho de recrutamento e de seleção dos militantes que se engajaram no referido período, tal aspecto não é suficiente para compreender os determinantes individuais da adesão dos “pioneiros”, nem tampouco os percursos diferenciados de sua permanência no ambientalismo. Os engajamentos que antecedem seu ingresso no ambientalismo em clubes e eventos culturais, grupos naturistas e organizações assistencialistas, entre outras, têm certo efeito sobre suas formas de ingresso e participação em mobilizações e organizações ambientalistas, na medida em que contribui para a aquisição de disposições e de vínculos que resultam em distintas modalidades de engajamento. Assim, é possível distinguir distintas modalidades de militância que caracterizam esse padrão de carreira de ambientalista entre tais dirigentes: de um lado, aqueles cujo engajamento constitui uma forma de retomada de uma carreira profissional interrompida; de outro, os que buscam na defesa ambiental uma maneira de reorientação de seu exercício profissional.

Uma primeira modalidade de militância que caracteriza esse padrão de carreira de ambientalista é constituída pelas esposas de empresários, médicos e juizes que haviam abandonado suas atividades e carreiras profissionais em função do casamento e da criação dos filhos. Dotadas de uma elevada bagagem cultural e escolar, no sentido que Saint-Martin (1999) chama de capital de “boa educação”, elas adquiriram o aprendizado do voluntariado na família e na escola e, muito antes de atuarem no ambientalismo, apresentaram um itinerário de dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas. É como desdobramento da formação adquirida no meio familiar e escolar e desenvolvida através do trabalho voluntário que ocorre o ingresso na defesa do meio ambiente. Nesses casos, a atuação no trabalho voluntário e, posteriormente, no ambientalismo possibilita a *recuperação* ou a *retomada* de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da

necessidade de trabalhar, puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras “funcionárias” das mesmas num momento em que segundo elas próprias a “ecologia” não era algo “muitíssimo sério” como é atualmente, pois consistia, basicamente, numa “ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar”. Com base em tais condições e nos recursos proporcionados pela família de origem, elas adquiriram uma notoriedade tanto no âmbito nacional quanto internacional, conseguindo estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais

Pode-se citar como trajeto típico de tal modalidade, o caso da presidente de honra da Associação Democrática Feminina Gaúcha – Amigos da Terra (ADFG-AT). Seu pai era alemão e trabalhava como comerciante de importação, conseguindo dar continuidade ao seu trabalho durante a guerra por causa das “ótimas amizades” e, principalmente, das relações de amizade estabelecidas com o dono do principal jornal do Estado, Breno Caldas. Ela ingressou na associação quando estava com 40 anos, era casada com um grande empresário gaúcho, tinha 3 filhos e já havia concluído há bastante tempo sua formação universitária: tem mestrado no curso de Línguas Anglo-Germânicas, sendo também formada em didática pela Faculdade de Filosofia da UFRGS e em Língua e Literatura Francesa pela Aliança Francesa de Porto Alegre. Todavia, teve que interromper os estudos, recusando, primeiramente, uma bolsa para estudar um ano nos EUA em decorrência da proibição do pai e, posteriormente, em função do casamento e da criação dos filhos. Antes mesmo de ingressar na entidade, já fazia o que chamou de “intervenção social”, que consistia em fazer “bordadinhos” e doar à Igreja para “ajudar os pobres”. Na referida associação, seu trabalho esteve inicialmente voltado para a “ação social”: participação em cursos de assistência social na própria organização, em clube de mães, colégios, creches etc. Entretanto, foi quando o trabalho da associação voltou-se para a temática ambiental que ela pode retomar seus anseios antigos de atuação no âmbito internacional e, com base numa grande disponibilidade profissional e, principalmente, na notoriedade e no prestígio decorrentes dos vínculos familiares, ela consegue a articulação do trabalho desenvolvido pela associação com organizações ambientalistas, organismos e fundações nacionais e internacionais. Desse modo, torna-se uma das principais articuladoras da aproximação entre a ADFG e as mobilizações

ambientalistas e, mais tarde, da integração de tal organização à Federação Internacional Amigos da Terra.

A segunda modalidade de militância ambientalista característica desse padrão de carreira é representada pelos que foram denominados de “profissionais liberais”. Ela se diferencia da anterior na medida em que se trata de indivíduos que tinham uma razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (BASF, CITIBANK) ou como funcionários do setor público (da justiça federal, da universidade, do Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem numa faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício profissional relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Ocorre que nestes casos, além da bagagem cultural propiciada pela sua origem social elevada, os dirigentes podiam contar também com a “notoriedade” e os vínculos estabelecidos através do exercício profissional. A adesão ao ambientalismo funciona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício profissional. Em alguns casos, tal redefinição profissional constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Todavia, uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação da bagagem cultural adquirida através da família de origem com certa “notabilidade” e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação.

Um dos exemplos mais representativos desse padrão de atuação profissional é o caso do primeiro presidente da AGAPAN (DREYER, 2004). Ele é filho de um imigrante alemão, que se tornou um arquiteto bem-sucedido e mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS, e de uma “fervorosa liderança da comunidade católica” que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul. Estudou em colégios com altos padrões de ensino e graduou-se em agronomia pela UFRGS. Ao concluir a graduação, realizou um estágio de dois anos na Louisiana State University (EUA). Ao retornar ao Brasil, logo encontra emprego no ramo que se especializou, sendo logo depois contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional BASF, que era também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Foi através de tal emprego que ele realizou um antigo desejo de morar no exterior e de conhecer diferentes culturas, podendo também se dedicar a diversos tipos de

leituras, tais como: filosofia, antropologia, história das religiões, botânica, biogeografia, entre outras. Nesse período também aderiu ao naturismo, entrou em contato com algumas associações conservacionistas na Europa e nos EUA e começou a se defrontar com a crítica emergente à indústria dos pesticidas. Aos poucos se torna cada vez mais difícil para ele conciliar as expectativas inicialmente sugeridas pela sua “ecléctica” formação cultural e os horizontes profissionais que o cargo de tecnocrata de uma grande empresa multinacional permitia. Por isso, decide abandonar o emprego na BASF e se dedicar a “um trabalho novo”, “a ecologia”, na qual ele via a possibilidade de compatibilizar os diversos conhecimentos adquiridos durante sua socialização primária e secundária com o exercício da profissão de agrônomo. A partir daí, entrega-se totalmente ao “trabalho de proteção ambiental” a ponto de se tornar um “ativista em tempo integral” e, com base na visibilidade, na projeção e nos vínculos alcançados no âmbito nacional e internacional, consegue articular de maneira exemplar e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional em associações ambientalistas, organizações profissionais, empresas, administrações e organismos públicos, nas áreas de manejo e reciclagem de resíduos, paisagismo, urbanismo e saneamento natural etc.

A maior predominância em tal padrão de participação da *geração* que ingressou nos anos de 1970 não implica que a bagagem política e cultural do grupo familiar tenha, atualmente, deixado de exercer uma importância destacada sobre o ingresso e o desenvolvimento da atuação profissional na defesa ambiental. São muito comuns os casos em que a adesão a campanhas e o ingresso em organizações ambientalistas ocorrem com base nos vínculos estabelecidos a partir da bagagem política e cultural da família de origem. Uma variante disso são as situações em que os filhos ou parentes de dirigentes “pioneiros” ingressaram em associações e organismos públicos de proteção ambiental com base nos recursos decorrentes da militância ambientalista do pai ou da mãe (OLIVEIRA, 2005).

Como representante dos padrões de carreiras de dirigentes ambientalistas que se caracterizam pela existência de itinerários cuja reconversão da formação escolar contou com recursos e vínculos estabelecidos, basicamente, através da família de origem, pode-se destacar o caso da atual presidente da Fundação Gaia. Trata-se de um itinerário militante que está diretamente vinculado à bagagem cultural e política adquirida no meio familiar e, principalmente, às redes de relações construídas a partir da atuação profissional

de seu pai na defesa ambiental. O contato com organizações e dirigentes que participavam da defesa do meio ambiente ocorre desde a infância no próprio meio familiar, pois sua casa estava sempre repleta de militantes ambientalistas em decorrência da atuação de seu pai, além de ser também um local onde aconteciam reuniões e conversas informais com os dirigentes das principais organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul e até mesmo de outras regiões do país. Seu itinerário universitário sempre esteve diretamente associado à atuação de seu pai na defesa do meio ambiente, de modo que, ao concluir o ensino médio e ingressar na faculdade, começou a acompanhá-lo nas suas viagens internacionais, “atuando como secretária dele” durante todo o seu percurso na universidade. Em decorrência disso, levou seis anos para concluir o curso de licenciatura em biologia, o qual segundo ela própria pode ser “feito tranquilamente em quatro anos”. Esse itinerário de intensa militância não possibilitava o acompanhamento das aulas, tornando-se, segundo suas próprias palavras, uma espécie de “visitante na faculdade”. Mesmo assim, diz que não se “sentia diferente dos colegas”, destacando que o curso de biologia era “muito fragmentado e dissociado do contexto”, tornando-se mais interessante somente no final, quando começou a fazer cadeiras de ecologia. Desse modo, afirma que foram poucas as coisas que aprendeu através de sua formação universitária e conclui: “Aprendi muito mais com meu pai não tenha dúvida”. O mesmo ocorre com seu itinerário profissional, que começou e se desenvolveu sempre associado à atuação do pai. Através das relações deste com organizações ambientalistas internacionais, quando ainda estava cursando biologia na universidade, conseguiu um estágio numa “ONG da Alemanha” em função de tê-lo acompanhado num *tour* de palestras que ele fez na Europa e, no final do curso de biologia começou a trabalhar integralmente na organização fundada e presidida pelo pai, passando a supervisionar e a coordenar todos os diferentes projetos e trabalhos dentro da Fundação Gaia e assumindo um pouco antes dele falecer a posição de presidente da referida fundação. Desta forma, sua atuação sempre foi nas empresas do pai, chegando mesmo a afirmar “nunca trabalhei em outro lugar”. Também os contatos que estabeleceu na Europa e nos EUA foram resultado de sua “atuação internacional” desde a adolescência quando “trabalhava” com o seu pai. Dessa carreira profissional diretamente vinculada à atuação do pai tanto no âmbito local como nacional e internacional, resultou numa forte articulação do trabalho desenvolvido pela organização

com a esfera internacional. Tal itinerário conduz a concepção da atuação profissional como diretamente associada a questões éticas e filosóficas, estando respaldada em princípios que fazem da atuação profissional algo diretamente subordinado à bagagem cultural, ao conjunto de experiências e aos valores éticos que isto suscita. Assim, salienta que a formação escolar e universitária não é algo que considere fundamental para a atuação na defesa do meio ambiente. Mesmo se tratando de sua área, uma vez que, segundo ela, “o biólogo é naturalmente o profissional que mais tem a ver com ecologia, que mais se aprofunda na questão da ecologia dentre as diversas áreas profissionais”, a formação escolar não é uma condição necessária ou fundamental. Anterior à formação universitária se coloca a *educação* adquirida através do “berço familiar”, das “diferentes experiências que tu passaste na vida” e das “crenças que tu vais acumulando nesse processo”.

No que pese a continuidade dos padrões de carreiras fundadas na bagagem política e cultural da família de origem, observa-se que, a partir da segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, há uma acentuada diversificação das modalidades de engajamento na área de meio ambiente. Trata-se de um padrão de atuação que tem como principal base de recursos os vínculos estabelecidos no decorrer dos itinerários escolar e profissional com partidos políticos, organizações e movimentos sociais diversificados. Ela resulta do ingresso no ambientalismo de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a partidos políticos, organizações e movimentos sociais e que aderem ao ambientalismo durante a juventude num momento anterior ou concomitante ao ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho. Tais transformações estão relacionadas ao processo de “abertura política” que propiciou a constituição de “espaços alternativos para participação política” e intensificou a “militância múltipla” em diversos tipos de organizações e movimentos sociais, à diversificação do meio universitário com a expansão e descentralização da escolarização que resultou na dispersão das redes de sociabilidade dos estudantes (MISCHE, 1997), bem como à maior institucionalização e regularização dos espaços formais de atuação na defesa de causas ambientais. Portanto, as modificações observadas nos padrões de carreira na defesa ambiental resultam de mudanças ocorridas simultaneamente no contexto político, no universo da formação universitária e profissional e no âmbito do militantismo e da participação política. A principal consequência disso é a intensificação da

maneira “militantista” de conceber e pôr em prática a atuação profissional na defesa ambiental, no sentido de que esta deve estar sempre associada a outras esferas de militância (associativismo, organizações religiosas, grupos estudantis, movimentos populares, sindicatos e associações profissionais, partidos políticos etc.).

As modalidades de carreiras representativas desse padrão de imbricação entre formação profissional e militância são muito diversificadas, podendo resultar na ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária, no exercício de assessoria e consultoria “na área de meio ambiente”, na atuação no interior da profissão em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia etc.), no desempenho de funções remuneradas como funcionários e técnicos de ONGs, bem como na dedicação ao trabalho voluntário em organizações ambientalistas. A atuação como técnicos em ONGs que se torna predominante nesse período não constitui um caso isolado dos demais padrões anteriormente descritos. Ela se insere num padrão mais geral de utilização instrumental da formação escolar e profissional, ao mesmo tempo em que resulta de um conjunto de modificações nas modalidades de carreiras de ambientalistas vinculadas às transformações no contexto político, nas dinâmicas de escolarização e nas lógicas próprias do militância. Isso possibilita romper com certas abordagens que fazem dela um dos exemplos principais de profissionalização do ambientalismo, não levando em conta as concepções de sociedade e de política que estão na base desse tipo de atuação, nem tampouco os tipos de recursos que as respaldam e os espaços e vínculos sociais a partir dos quais foram adquiridos.

Uma primeira modalidade de carreira característica desse padrão é a que resulta do intenso militância em organizações estudantis e partidárias e da articulação do engajamento associativo com a ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária. Um trajeto ilustrativo desse padrão é o caso do dirigente da associação HOCTEMPORE de Pelotas. Ele tem 34 anos, é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carro e a mãe é professora do ensino fundamental. Durante o ensino médio deslocou-se para a cidade de Pelotas, onde se formou em eletromecânica pela Escola Técnica e em direito pela Universidade Federal.

Seus pais eram adeptos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas ele iniciou sua participação política através do grêmio estudantil e, depois, da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), integrando a tendência chamada de democracia socialista. Como ele mesmo salienta foi a participação político-partidária que o conduziu ao movimento ambiental, no sentido de que foi com base na “aproximação ideológica” com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais (CEA), também filiados ao PT, que ele decidiu integrar tal associação. Desse modo, durante a formação universitária ocupou posição de direção simultaneamente no Diretório Central de Estudantes, no Centro de Estudos Ambientais (CEA), além de participar da setorial de meio ambiente do PT no âmbito estadual. Foi com base nesse trajeto de militância simultânea no PT e no CEA que ocupou a pasta de Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, durante a administração petista no município de Pelotas (2001-2004). Todavia, durante o processo de sucessão do então prefeito e candidato à reeleição, tomou uma posição favorável à reeleição do mesmo, contrariando a decisão de outras lideranças do CEA que, em função de atritos com o então prefeito, haviam decidido indicar outro candidato petista para o cargo. Com isso, desligou-se da associação, criou a HOCTEMPORE e com base nos vínculos estabelecidos de longa data no PT assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente. Atualmente, ele é um dos principais articuladores de uma rede de ONGs voltadas à defesa do “bioma pampa”, a qual já conta com a adesão de aproximadamente 80 associações ambientalistas do estado. Disso resulta uma concepção do movimento ambientalista como devendo estar associado à política partidária. Ou seja, a única forma de unificar os objetivos e estratégias de luta das organizações e mobilizações ambientalistas é, necessariamente, através de uma orientação comum para a intervenção no âmbito da política partidária. O que fundamenta essa imbricação da “política ambiental” com a “partidária” é uma concepção militantista da própria política partidária, no sentido de que esta deve estar sempre associada a outras esferas de militância (CORADINI, 2002).

Essa combinação de militância ambientalista e partidária é muito frequente entre o conjunto dos entrevistados. Todavia, em muitos outros casos são as rupturas com o militantismo partidário que conduz ao engajamento associativo. Esse é o caso do presidente do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) e do Projeto Curicaca. Ele é natural de Porto Alegre, tem 45 anos e uma trajetória social ascendente em relação

ao grupo familiar. Seus pais são descendentes de imigrantes alemães com portugueses, têm apenas o ensino fundamental completo e são proprietários de uma pequena empresa de venda de peças de caminhão. Foi através da escolarização que ele começou a participar de organizações políticas: primeiro, no grêmio estudantil da escola e, depois, mais fortemente durante todo o percurso universitário na faculdade de agronomia, a qual segundo ele próprio, tem um papel decisivo na sua orientação profissional. Inclusive, foi a ausência da área social e política que o levou a abandonar os três anos que tinha cursado de oceanologia para dedicar-se à faculdade de agronomia. Neste sentido, durante o curso de agronomia teve uma atuação no diretório acadêmico durante dois anos e meio, nas movimentações que uniam os estudantes com os movimentos sociais, destacando as mobilizações conjuntas com o MST. Além disso, mesmo que nunca tenha tido uma “identidade mais fisiológica partidária”, os vínculos pessoais estabelecidos com professores e colegas filiados ao PT durante a graduação e o mestrado em agronomia lhes possibilitou uma longa atuação em secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre vinculados à defesa ambiental: primeiro, na área de compostagem no Departamento Municipal de Limpeza Urbana, depois na área de poluição industrial e em projetos de gestão ambiental na Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Paralelamente à ocupação de tais cargos, ele investiu na qualificação profissional através de cursos de aperfeiçoamento no Japão e Alemanha, alguns destes como desdobramento da própria função exercida na administração municipal. Com base nos cargos e cursos realizados e, principalmente, dos contatos estabelecidos através dos mesmos com ex-colegas da faculdade de oceanologia redirecionou sua carreira para o trabalho de consultoria na área de meio ambiente quando sentiu que não tinha credibilidade o bastante para atuar no governo e na dinâmica pública. Foi como desdobramento de seu trabalho de consultoria em meio ambiente que elaborou um projeto de desenvolvimento sustentável em torno do Parque dos Aparados da Serra em final de 1996 e início de 1997 para ser implementado em Cambará do Sul, formando um grupo que resultou na criação da associação Projeto Curicaca, a qual preside. Desse percurso resulta uma definição da qualificação técnica como elemento importante à intervenção na defesa ambiental. Todavia, trata-se de uma concepção da *expertise* como devendo estar associada à esfera da política, ou mais precisamente, como a capacidade de articular o conhecimento técnico aos aspectos políticos.

Outra variação desse padrão são as modalidades de engajamento em que a entrada no ambientalismo é antecedida por uma forte participação sindical combinada com a militância partidária e com o exercício profissional em questões referentes aos problemas e mobilizações ambientalistas. Esse é o caso de um dos fundadores do Núcleo de Eco-Jornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS). Ele é natural do interior do Rio Grande do Sul e sua família mudou-se para Porto Alegre assim que ele concluiu o ensino médio. Seu pai é caminhoneiro e a mãe dona-de-casa, ambos têm o ensino fundamental incompleto. O marco inicial de sua militância foi aos 20 anos, quando o Banco Sul Brasileiro, onde ele trabalhava, declarou falência. Com isso começou a participar do sindicato dos bancários e, através deste, também do PT, do qual se considera um dos fundadores. Esse período de intensa militância sindical e partidária coincidiu com o momento em que entrou na FAMECOS-PUC onde cursou jornalismo de 1976 a 1980 e com o início de um período de grande participação no Movimento Estudantil. Como estudante de jornalismo chegou a ser diretor do centro acadêmico da PUC durante a gestão de 1977-1978. Ao concluir a faculdade começou a participar do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, fazendo parte da diretoria como secretário, e da CUT, em que foi diretor de comunicação em 1982. No entanto, o exercício do jornalismo na empresa Zero Hora provocou uma redução da militância, pois segundo ele, em nome da “imparcialidade da notícia” tal empresa tinha uma postura contrária à filiação e à participação dos jornalistas em partidos e movimentos sociais. Por outro lado, foi com base no exercício da profissão de repórter da Zero Hora que ele entrou em contato com uma série de problemas, de mobilizações e de lideranças ambientalistas e que começou a perceber “que havia um campo fértil para sua especialização profissional”. Mais tarde desligou-se da referida empresa de comunicação para trabalhar na assessoria de imprensa da Procuradoria da República, a convite de uma colega de trabalho da Zero Hora. Foi nesse novo emprego que encontrou as condições para se dedicar ao ambientalismo, filiando-se à Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e desenvolvendo os contatos estabelecidos com as principais lideranças ambientalistas durante seu trabalho como jornalista de Zero Hora, bem como integrando as entidades de representação da categoria dos jornalistas. Foi com base nesses vínculos que criou o NEJ, que segundo ele, consiste numa entidade não-militante e técnica e profissional direcionada à discussão da “questão profissional na área am-

biental junto aos jornalistas”. Trata-se de um caso em que a defesa ambiental constitui uma forma de articulação da militância sindical e partidária com o militantismo no interior da “profissão” em assuntos vinculados ao exercício de determinadas categorias profissionais (jornalismo, direito, biologia etc.), possibilitando um reconhecimento e destaque no próprio meio profissional. Disso resulta uma definição não-militante das intervenções realizadas pela própria associação e de sua vinculação à esfera da profissão.

Num outro extremo destacam-se as modalidades de engajamento em que o percurso universitário está desde o início articulado à militância em defesa de causas ambientais e é com base nos vínculos constituídos através de tal militantismo que ocorre a ocupação de funções técnicas e profissionais em diferentes esferas de atividade. Um exemplo disso é o caso da ex-presidente da AGAPAN, que apresenta um trajeto marcado pela baixa vinculação com organizações e movimentos sociais e pela forte dissociação entre suas ocupações salariais, a formação universitária e a participação na associação. Ela é natural de Bagé, tem 46 anos e quando tinha 11 anos sua família se deslocou para Porto Alegre para os filhos cursarem a faculdade. Seus pais têm apenas formação no nível fundamental, mas dispunham de boas condições financeiras para pagar os estudos durante a faculdade para todos os filhos, de modo que ela, suas três irmãs e o irmão têm formação universitária. Seu pai trabalhou na assistência técnica da Brastemp até se aposentar, e a mãe era doméstica. Sua socialização política no meio familiar foi marcada pela figura de seu pai que era uma “pessoa politizada”, no sentido de que mesmo não sendo um militante de organizações partidárias, sempre “discutia política” em casa. Segundo ela, o pai “gostava do Getúlio”, inclusive lhe deu depois uns documentos que saíram nos jornais sobre o mesmo e que ele recortava. No entanto, ele nunca envolveu a família na questão política, pois ficou com muito medo ao ver que várias pessoas que ele conhecia desapareceram durante a Ditadura Militar. No que pese esse tipo de vinculação do seu pai com a “política”, ela nunca teve participação em qualquer tipo de organização estudantil ou partidária antes de entrar na AGAPAN. Pelo contrário, foi em decorrência do ingresso em tal associação que posteriormente participou do movimento estudantil e do Partido dos Trabalhadores. É que, para ela, a escola sempre significou um espaço de sociabilidade, para “fazer festa” e “encontrar as amigas”, chegando a repetir a 5ª série do ensino fundamental, atual 6º ano, e o 1º ano do ensino médio. Concluiu o ensino médio no

curso de magistério e teve que fazer cursinho antes de prestar vestibular para sociologia na PUC e na UFRGS, sendo aprovada apenas na primeira universidade e iniciando o curso em janeiro de 1983. Quando isso aconteceu, ela já participava da AGAPAN há dois anos. Seu ingresso na AGAPAN ocorreu em decorrência de sua vinculação anterior com a alimentação natural e possibilitou o contato com as lideranças da entidade que tiveram um papel destacado na sua criação. Todavia, sua formação universitária foi marcada, desde o início, por um grande desacordo com o mundo do trabalho e o da militância ambientalista. Como ela mesma salienta “era três mundos na verdade que eu tinha, a faculdade, tinha o meu trabalho que era a creche e a AGAPAN, entendeu? Coisas bem distintas”. Com a conclusão da faculdade saiu do que ela chama de “período das creches” e foi ser secretária da AGAPAN, como funcionária remunerada durante três anos, conforme seu próprio relato, “uma experiência maravilhosa”, pois nesse período a AGAPAN estava aberta durante todo o dia e atendia um público bem diversificado, além de fazer denúncias. Depois disso, foi trabalhar na implantação do projeto de coleta seletiva do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre a convite do então diretor com base na afinidade surgida a partir de um seminário realizado no Goethe “O Lixo como Instrumento de Resgate Social”. Todavia, quando isso aconteceu já era a representante da AGAPAN no conselho deliberativo do DMLU. Quando saiu do referido departamento, ficou um tempo sem emprego formal, indo trabalhar com o cunhado vendendo porteiro eletrônico, mas saiu do mesmo, pois não aguentou: “isso aqui não tem nada a ver com o que penso”. Fez um projeto na área ambiental, mas não conseguiu financiamento. Em seguida entrou na Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre. No período da entrevista estava desempregada, mas logo em seguida passou a ocupar a função remunerada de representante do Movimento Ecológico Gaúcho (MEG) no programa Pró-Guaíba. Para ela, todos esses cargos e posições ocupadas resultaram na possibilidade de exercício da sociologia associada à “questão ambiental”. Nesse sentido, é com base no militantismo em organizações ambientalistas e nos vínculos estabelecidos com lideranças e organizações que atuam em diferentes esferas de atividade que se define a utilidade do conhecimento adquirido. Disso resulta uma concepção de que a necessidade de um maior conhecimento técnico das questões ambientais por parte dos militantes deve estar sempre articulada à luta pela democratização

e maior participação da sociedade civil nas instâncias de implementação de políticas ambientais (comitês, conselhos, secretarias, audiências públicas, fórum, encontros, seminários etc.).

## **Conclusões**

Este artigo procurou salientar a pertinência das abordagens que procuram integrar as características e modificações relacionadas ao contexto político no qual emergem as mobilizações coletivas com os tipos de condições e de redes sociais vinculadas a determinado tipo de ação coletiva. Como vimos, ao invés de tomarmos as origens e as inserções sociais dos dirigentes como aspectos dicotômicos ou, ainda, como elemento constante para o surgimento e desenvolvimento das mobilizações coletivas, torna-se relevante considerar suas modificações no decorrer do tempo e seu peso relativo em diferentes contextos políticos. Em consonância com isso, tal investigação demonstrou que a análise do contexto político em que se desenvolve determinada mobilização coletiva constitui um bom ponto de partida para uma investigação mais detalhada do grau variável de pertinência das condições sociais de origem e das redes de recrutamento para as dinâmicas do engajamento individual. Nesse sentido, observou-se que as interdependências entre as configurações do contexto político e os tipos de condições e de redes sociais vinculadas à emergência e às dinâmicas de transformação das mobilizações ambientalistas constituem um dos aspectos principais para a apreensão das características particulares da participação na defesa de causas ambientais na referida situação. É com base nisso que se pode melhor compreender os significados atribuídos à causa ambiental nesses diferentes momentos, bem como as principais modificações que ocorreram nas formas de definição e de intervenção dos ambientalistas.

A utilização da noção de carreira constitui uma ferramenta importante para dar conta de tamanho desafio. Por um lado, as diferenças quanto aos padrões de carreiras em distintos contextos políticos nos coloca diante das modificações ocorridas nas condições em que emergem as mobilizações coletivas e suas relações com os tipos de recursos e de vínculos sociais que respaldam a atuação dos militantes que participam do ambientalismo. Além disso, o exame dos diferentes padrões de carreiras de dirigentes ambientalistas no período considerado permite evidenciar as variáveis combinações entre os tipos de condições e de redes sociais vinculadas à emergência e às

dinâmicas de transformação do movimento ambientalista. Com base nisso, foi possível compreender os diferentes significados atribuídos à causa ambiental nesses diferentes momentos, bem como as principais modificações que ocorreram nas formas de engajamento, de definição e de intervenção dos ambientalistas.

### Referências bibliográficas

- AGRIKOLIANSKY, Eric. 2002. *La ligue française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1945*. Paris: L'Harmattan.
- BECKER, Howard. 1985. *Outsiders: études de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Classificação, desclassificação, reclassificação". In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs.) *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite. 1987. "Movimentos sociais na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 27-36.
- COLLOVALD, Annie. 2002. "Introduction". In: COLLOVALD, Annie *et alli*. (orgs.). *L'humanitaire ou le management des dévouements: enquête sur un militantisme de "solidarité international" en faveur dur tiers-monde*. Rennes: PUR.
- CORADINI, Odaci Luiz. 1998. "Panteões, iconoclastas e as ciências sociais". In: FELIX, Loiva & ELMIR, Cláudio (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: EdUFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2002. "Escolarização, militantismo e mecanismos de 'participação política'". In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla & BARREIRA, Irllys (orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DIANI, Mario & McADAM, Doug. (eds.) 2003. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. New York: Oxford University Press.
- DREYER, Lilian. 2004. *Sinfonia inacabada: a vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Edições.
- DUBAR, Claude. 1999. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- EDER, Klaus. 2002. *A nova política de classes*. Bauru, SP: EDUSC.

- FILLIEULE, Olivier. 2001. "Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel". *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Le désengagement militant*. Paris: Belin.
- GAXIE, Daniel & OFFERLÉ, Michel. 1985. "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique". BIRNBAUM, Pierre. (org.). *Les élites socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à l'état - 1981-1985*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GOFFMAN, Erving. 1996. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- GOHN, Maria da Glória. 1997. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- JUHEM, Philippe. 2001. "La légitimation de la cause humanitaire: un discours sans adversaires". *Mots*, Lyon, n. 65, p. 9-27.
- KLANDERMANS, Bert & OEGEMA, Dirk. 1987. "Potentials, networks, motivations, and barriers: steps towards participation in social movements". *American Sociological Review*, Washington, v. 52, n. 4, p. 519-531.
- LANDIM, Leilah. 2002. "Experiência militante. História das assim chamadas ONGs". *Lusotopie*, Bordeaux, n. 1, p. 215-239.
- LOUREIRO, Maria Rita & PACHECO, Regina Silva. 1995. "Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992)". *Revista de administração pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 137-153.
- MCADAM, Doug & PAULSEN, Ronnelle. 1993. "Specifying the relationship between social ties and activism". *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 99, n. 3, p. 640-667.
- MISCHE, Ann. 1997. "De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política". *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 5 e 6, p. 134-150.
- Néveu, Erik. 1996. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. 2005. "Paixão pela natureza", atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2008a. "Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil". *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777.
- \_\_\_\_\_. 2008b. "Maio de 68, mobilizações ambientalistas e sociologia ambiental". *Revista Mediações*, Londrina, UEL, v. 13, p. 87-108.

- OLLITRAULT, Silvie. 1999. “De la caméra à la pétition-web: le répertoire médiatique des écologistes”. In: NEVEU, E. (org.). *Médias et mouvements sociaux: réseaux*, n. 98, Paris, Hermès Science Publications.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Les écologistes français, des experts em action”. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 105-130.
- PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática.
- SADER, Eder & PAOLI, Maria Celi. 1986. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro” (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAINTENY, Guillaume. 1999. “Logiques d’engagement et logiques de rétribution au Sein de l’écologie français”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. CVI, p. 175-200.
- \_\_\_\_\_. 2000. *L’introuvable écologie français?* Paris: PUF.
- SAINT-MARTIN, Monique. 1999. “Uma ‘boa’ educação”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XX, n. 66, p. 104-122.
- SEARLE-CHATTERJEE, Mary. 1999. “Occupation, biography and new social movements”. *The Sociological Review*, Keele, v. 47, n. 2, p. 258-279.
- SIMÉANT, Johanna & DAUVIN, Pascal. 2002. *Le travail humanitaire: les acteurs des ONG, du siege au terrain*. Paris: Presses de Sciences Po.

## Resumo

Em consonância com a transformação das formas de mobilização e de protesto coletivo, os estudos sobre os Movimentos Sociais têm registrado uma grande renovação conceitual e metodológica nas últimas décadas. Um dos efeitos disso tem sido o abandono da polarização entre as abordagens centradas na posição de classe e as que focalizam o papel das redes de organização e de movimentos sociais para a emergência do surgimento e a continuidade das mobilizações coletivas. O objetivo deste artigo é introduzir uma discussão conceitual sobre a pertinência dos conceitos de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. Primeiramente, procede-se a uma rápida revisão da literatura sobre movimentos sociais com o objetivo de situar o contexto teórico que conduziu à recuperação da noção de “carreira” e à sua utilização nas investigações atuais do militantismo. Em segundo, e com base numa investigação sobre os dirigentes do movimento ambientalista, trata-se de fazer uma breve descrição dos principais padrões de “carreiras” que conduzem à militância no movimento ambientalista e suas transformações entre 1970 e início dos anos 2000.

**Palavras-chave:** posição de classe; redes sociais; carreiras militantes; movimentos sociais.

### **Abstract**

In accordance with the transformation of forms of mobilization and collective protest, the studies on Social Movements have registered a great conceptual and methodological renewal in the last few decades. One of its effects has been the abandonment of the polarization between the approaches centered on the class position and those focusing the role of organization networks and social movements for the emergency and continuity of collective mobilizations. The purpose of this article is to introduce a conceptual discussion over the pertinence of the concepts of class position, social networks and militant careers for the study of social movements. Firstly, it proceeds to a succinct review of the literature on social movements with the aim of determining the theoretical context that led to the recovery of the notion of "career" and its use in current researches on activism. secondly, and based on a research about activist leaders in the environmental movement, it presents a brief description of the main patterns of "careers" that led to the militancy in the environmental movement and its transformations between 1970 and the beginnings of the 2000's.

**Key words:** class positions; social networks; militant careers; social movements.

Recebido em agosto de 2009.

Aprovado em outubro de 2009.

